

agenda
legislativa
da indústria

Prestando Contas



N. Cham.: 342.537.3(083.94) C748ab

Autor: Confederação Nacional da Indús

Título: Agenda legislativa da indústria 2008 :



7238

Ac. 3497

Nr Post

Brasília
2008



agenda legislativa da indústria

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA

PRESIDENTE

Armando de Queiroz Monteiro Neto

1º VICE-PRESIDENTE

Paulo Antonio Skaf

VICE-PRESIDENTES

Robson Braga de Andrade

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

Paulo Gilberto Fernandes Tigre

José de Freitas Mascarenhas

Rodrigo Costa da Rocha Loures

Alcântaro Correa

José Nasser

Jorge Parente Frota Júnior

Francisco de Assis Benevides Gadelha

Flavio José Cavalcanti de Azevedo

Antonio José de Moraes Souza

1º SECRETÁRIO

Paulo Afonso Ferreira

2º SECRETÁRIO

José Carlos Lyra de Andrade

1º TESOUREIRO

Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan

2º TESOUREIRO

Alfredo Fernandes

DIRETORES

Lucas Izoton Vieira

Fernando de Souza Flexa Ribeiro

Jorge Lins Freire

Jorge Machado Mendes

Jorge Wicks Côrte Real

Eduardo Prado de Oliveira

Eduardo Machado Silva

João Francisco Salomão

Antônio Rocha da Silva

José Conrado Azevedo Santos

Euzébio André Guareschi

Rivaldo Fernandes Neves

Francisco Renan Oronoz Proença

José Fernando Xavier Faraco

Olavo Machado Júnior

Carlos Antonio de Borges Garcia

Manuel Cesário Filho

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS

Sérgio Rogério de Castro

Julio Augusto Miranda Filho

João Oliveira de Albuquerque

SUPLENTES

Carlos Salustiano de Sousa Coelho

Telma Lúcia de Azevedo Gurgel

Charles Alberto Elias



agenda
legislativa
da indústria

Prestando Contas

3497
7238

© 2008. Confederação Nacional da Indústria
É autorizada a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

CONSELHO TEMÁTICO PERMANENTE DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS – CAL

Presidente: Robson Braga de Andrade

Vice-Presidente: Carlos Antônio Borges Garcia

Conselheiros: Alberto Alves, Carlos Anísio Rocha Figueiredo, César Augusto dos Reis, Ciro Mortella, Cristiano Buarque Franco Neto, Fabio Starace Fonseca, Gilberto José Rossi, Gilberto Porcello Petry, Glauco José Corte, Henrique Antônio Nora Oliveira Lima, Humberto Barbato Neto, Jorge Gerdau Johannpeter, Jorge Wicks Corte Real, Luiz Augusto de Barros, Manuel Cesário Mendes Filho, Márcio João de Andrade Fortes, Marcos Guerra, Marcelo Azevedo Santos, Newton Sérgio de Souza, Paulo Safady Simão e Pierângelo Rossetti

UNIDADE DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS – COAL

Gerente-Executivo: Ricardo Mariano Marcondes Ferraz

Gerente-Executivo Adjunto: Godofredo Franco Diniz

Gerente-Executivo Adjunto: Luiz de Gonzaga Fonseca Mota

Gerente de Relações com o Congresso: Pedro Aloysio Kloeckner

C748a

Confederação Nacional da Indústria.

Agenda legislativa da indústria 2008: prestando contas / CNI. – Brasília : 2008.
60 p.

1. Sistema tributário 2. Regulamentação da economia 3. Legislação trabalhista 4. Questões institucionais 5. Custo de financiamento 6. Meio ambiente 7. Infra-estrutura 8. Infra-estrutura social 9. Proposições legislativas 10. Brasil I. Título

CDU 338 (81)

CNI
Confederação Nacional da Indústria
Setor Bancário Norte,
Quadra 1, Bloco C
Edifício Roberto Simonsen
70040-903 Brasília – DF
Tel.: (61) 3317- 9060
Fax: (61) 3317- 9330

Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC
Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992
sac@cni.org.br
http://www.cni.org.br

SIGLAS

CD	Câmara dos Deputados
SF	Senado Federal
CN	Congresso Nacional
MPV	Medida Provisória
PDC	Projeto de Decreto Legislativo tramitando na Câmara dos Deputados
PDS	Projeto de Decreto Legislativo tramitando no Senado Federal
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PL	Projeto de Lei Ordinária tramitando na Câmara dos Deputados
PLC	Projeto de Lei da Câmara tramitando no Senado Federal
PLS	Projeto de Lei Ordinária tramitando no Senado Federal
PLS-C	Projeto de Lei Complementar tramitando no Senado Federal
PLP	Projeto de Lei Complementar tramitando na Câmara dos Deputados
PLV	Projeto de Lei de Conversão

COMISSÕES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

CAINDR	Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional
CAPADR	Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CCTCI	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
CDC	Comissão de Defesa do Consumidor
CDEIC	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio
CDHM	Comissão de Direitos Humanos e Minorias
CDU	Comissão de Desenvolvimento Urbano
CEC	Comissão de Educação e Cultura
CESP	Comissão Especial
CFFC	Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
CFT	Comissão de Finanças e Tributação
CLP	Comissão de Legislação Participativa
CMADS	Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CME	Comissão de Minas e Energia
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CREDN	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
CSPCCO	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado
CSSF	Comissão de Seguridade Social e Família
CTASP	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público
CTD	Comissão de Turismo e Desporto
CVT	Comissão de Viação e Transportes

COMISSÕES DO SENADO FEDERAL

CAE	Comissão de Assuntos Econômicos
CAS	Comissão de Assuntos Sociais
CCT	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
CCJ	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CDH	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
CDR	Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
CE	Comissão de Educação, Cultura e Esporte
CI	Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
CMA	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRA	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
CRE	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

COMISSÕES DO CONGRESSO NACIONAL

CMIST	Comissão Mista
CMO	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
CPCM	Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito

APRESENTAÇÃO

QUADROS QUANTITATIVOS 11

PAUTA MÍNIMA 16

PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO CONVERGENTE 17

Política econômica 17
Meio ambiente 17
Microempresas e empresas de pequeno porte 17
Relações do trabalho 18

PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO CONVERGENTE COM RESSALVAS 19

Reforma tributária 19
Política econômica 19
Infra-estrutura 20
Meio ambiente 21

PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO DIVERGENTE 22

Relações do Trabalho 22

DEMAIS PROPOSIÇÕES 23

PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO CONVERGENTE 24

Regulamentação da Economia 25
Questões Institucionais 25
Legislação Trabalhista 25
Meio ambiente 26
Infra-estrutura 26
Sistema Tributário 27
Indicações Setoriais 28

PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO CONVERGENTE COM RESSALVAS 30

Regulamentação da Economia 31
Questões Institucionais 32
Legislação Trabalhista 32
Meio ambiente 33
Infra-estrutura 34
Sistema Tributário 35
Infra-estrutura Social 35
Indicações Setoriais 35

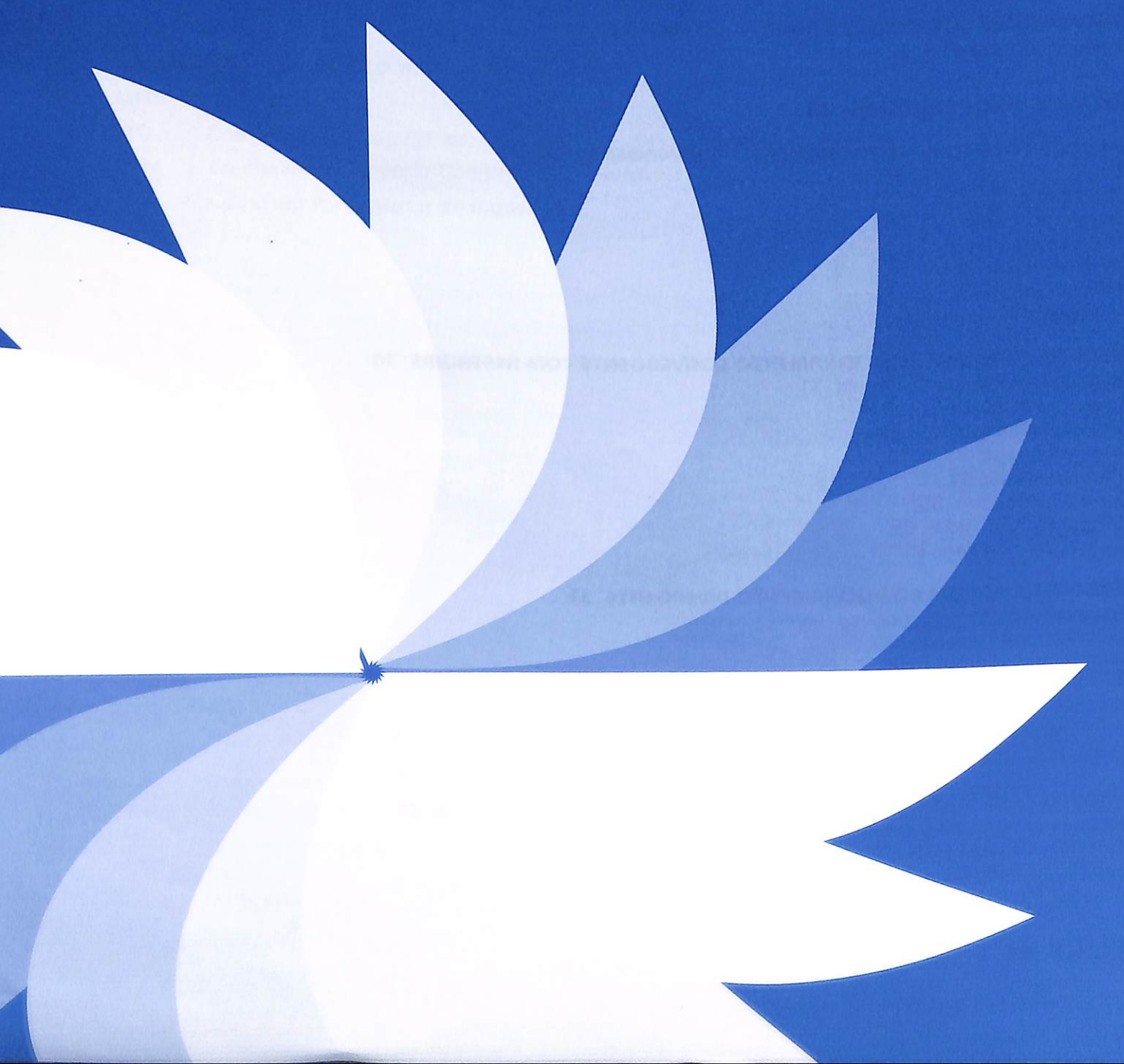
PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO DIVERGENTE 37

Regulamentação da Economia 38
Questões institucionais 38
Legislação trabalhista 38
Meio Ambiente 42
Sistema Tributário 43
Infra-estrutura Social 44
Indicações Setoriais 45

PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO DIVERGENTE COM RESSALVAS 49

Regulamentação da Economia 50
Questões Institucionais 50
Legislação Trabalhista 51
Sistema Tributário 51

ÍNDICE 52



apresentação

A publicação "Prestando Contas" tem como objetivo informar sobre mudanças ocorridas no andamento das proposições que integram a "Agenda Legislativa da Indústria 2008", atualizando, de acordo com a evolução das discussões relativas a certos temas, os posicionamentos do setor industrial explicitados naquela Agenda.

No primeiro semestre de 2008, os trabalhos legislativos do Congresso Nacional transcorreram normalmente, não obstante os preparativos para as eleições municipais de outubro. No entanto, um excesso de Medidas Provisórias, trancando as pautas de votações dos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, continuou prejudicando o andamento do processo legislativo nas duas Casas do Congresso. Somente no período de janeiro a julho foram editadas 24 MPs, sendo que ao final do semestre onze delas ainda estavam em tramitação.

Diversos projetos contemplados na Agenda Legislativa de 2008 sofreram modificações substanciais durante seu andamento. Entre os que integram a "Pauta Mínima" estabelecida na Agenda, merecem destaque especial não só as aprovações de inovações nos textos relacionados à Reforma Tributária (PEC 233/2008), à Defesa da Concorrência (PL 5877/2005) e ao Simples Nacional (PLP 126/07), mas também a rejeição, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, da Mensagem Presidencial que encaminhou ao Congresso Nacional a Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho, que impõe restrições à despedida imotivada.

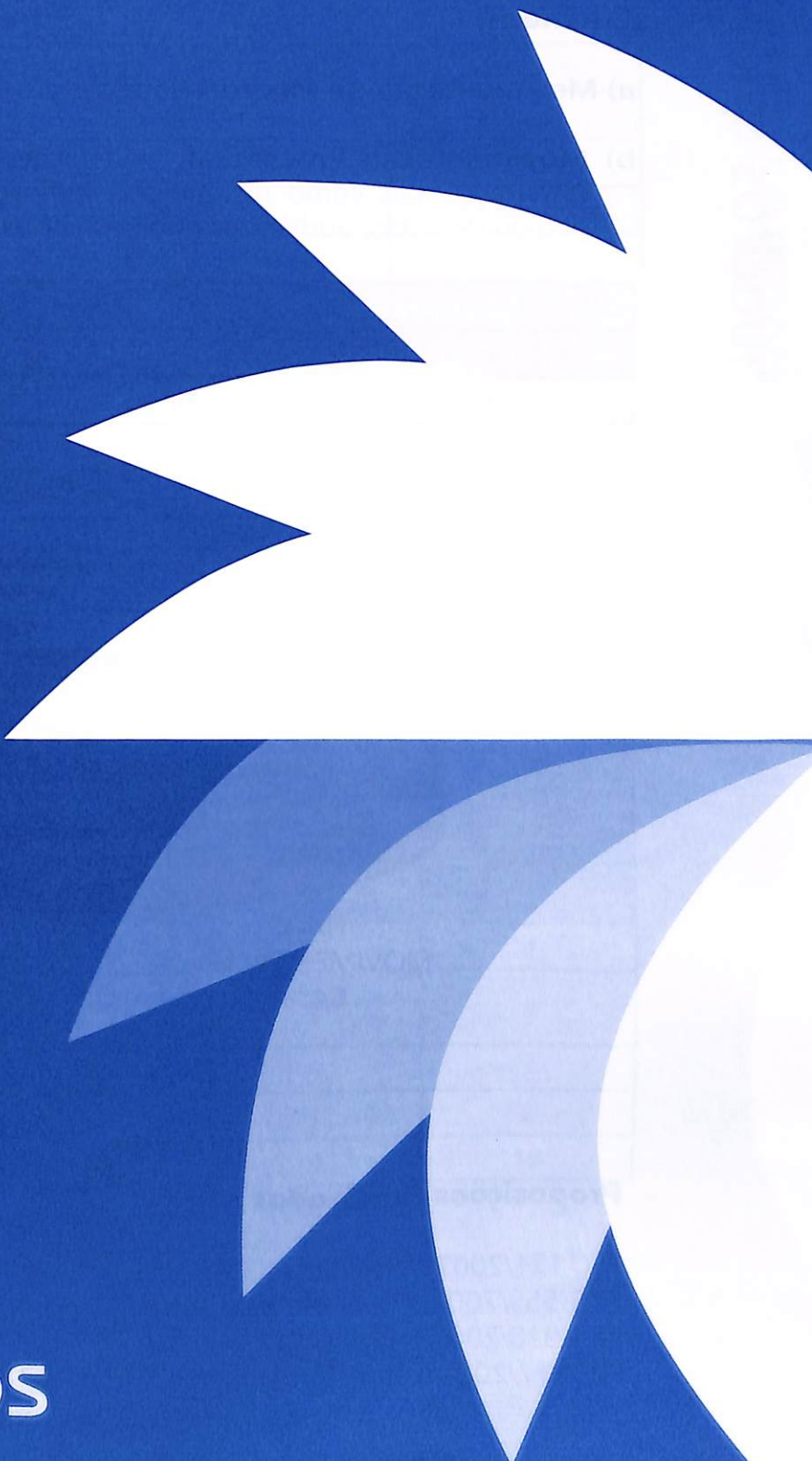
Outros projetos da "Pauta Mínima" foram objeto de amplo debate no âmbito das Comissões de ambas as Casas do Congresso e tiveram movimentação processual (novos relatores designados; pareceres apresentados; pedidos de vista; votos em separado; etc.), como os que tratam do Gás Natural (PLC 90/2007), da Compensação Ambiental (PL 266/2007) e da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PL 203/1991). Em relação ao tema tratado por este último projeto, é importante mencionar a criação de Grupo de Trabalho para examinar os diversos projetos que versam sobre o assunto no intuito de dar maior celeridade à tramitação da matéria.

Por decisão do Conselho Permanente de Assuntos Legislativos (CAL) da CNI, foram incluídos na "Pauta Mínima", em razão da sua relevância e do impacto que têm relativamente à competitividade das empresas, os projetos relacionados com a questão da redução da jornada de trabalho, que, aliás, já constavam da Agenda Legislativa (PL 7689/2006 e PL 4653/94).

Quanto à Reforma Tributária, o ideal seria que a Câmara dos Deputados concluísse a votação da PEC 233/2008 até o final deste ano. Com o objetivo de alinhar os posicionamentos dos diversos setores industriais em relação à proposta apresentada pelo Governo, a CNI promoveu várias reuniões e workshops com representantes das Federações Estaduais de Indústrias e de Associações Setoriais da Indústria, sendo que as sugestões assim colhidas foram incorporadas em nota técnica encaminhada ao relator da matéria. A CNI participou, além disso, de diversas audiências públicas promovidas pela Câmara dos Deputados com vistas à Reforma Tributária.

Ao dar prosseguimento aos trabalhos legislativos no segundo semestre – o que deverá acontecer com maior regularidade após as eleições de outubro –, espera-se que seja possível avançar na discussão e aprovação de matérias que contribuam para o desenvolvimento sustentável do país.

Armando Monteiro Neto
Presidente da CNI



quadros
quantitativos

Prestando Contas (período de abril a julho de 2008)

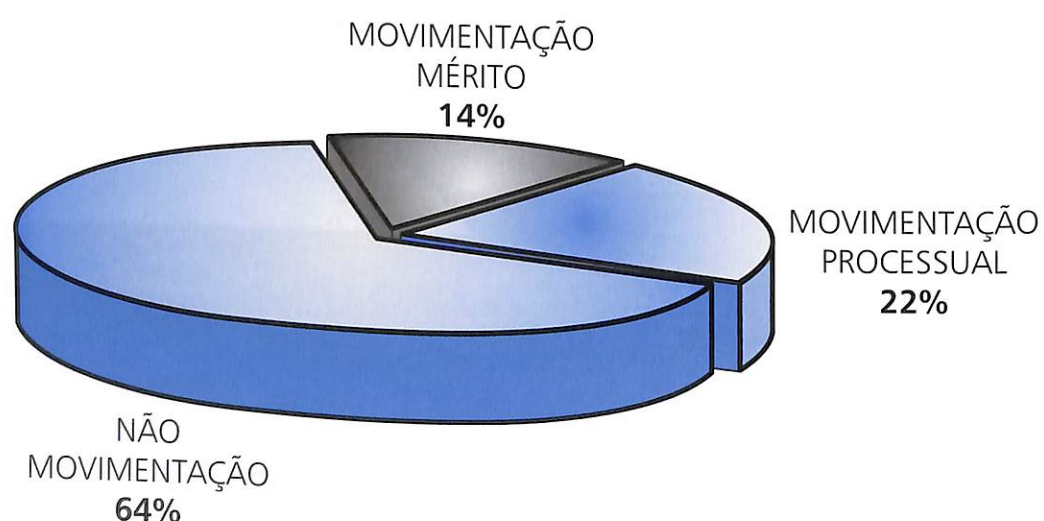
QUADRO GERAL DE MOVIMENTAÇÃO

Critérios

a) **Movimentação de Mérito** – Votações nas Comissões ou no Plenário das duas Casas.

b) **Movimentação Processual** – Alterações que não representam encerramento da tramitação tais como distribuição, indicação de relator, apresentação de parecer, pedido de vistas, audiências públicas, inclusão em pauta e outras do gênero.

Apresentaram Movimentação		NÃO Apresentaram Movimentação	TOTAL
MÉRITO	PROCESSUAL		
15	24	71	110



Proposições finalizadas

PEC 171/2007 – Rejeitada.

PL 3.559/2004 – Retirado pelo autor.

PL 1.918/2007 – Rejeitada.

PLC 117/2007 – Transformada na Lei nº 11.672/2008.

PAUTA MÍNIMA

PROJETO	POSICIONAMENTO	MOVIMENTAÇÃO
PL 305/2007 - Apuração do IR pelo regime de lucro presumido	C	Inalterada
PL 266/2007 - Compensação ambiental	C	Inalterada
PLP 126/2007 - Simples Nacional	C	Mérito
PL 4330/2004 - Terceirização	C	Inalterada
PEC 233/2008 - Reforma Tributária	C/R	Mérito
PLS 646/1999 - Direitos e Garantias do contribuinte	C/R	Inalterada
PL 836/2003 - Cadastro Positivo	C/R	Inalterada
PL 5877/2005 - CADE	C/R	Mérito
PLC 32/2007 - Licitações	C/R	Inalterada
PLC 90/2007 (PL 6673/2006) - Gás natural	C/R	Processual
PL 3337/2004 - Agências reguladoras	C/R	Inalterada
PLP 388/2007 - Licenciamento Ambiental	C/R	Inalterada
PL 203/1991 - Política nacional de resíduos sólidos	C/R	Inalterada
PLP 8/2003 - Demissão Imotivada	D	Processual
PL 4653/1994 - Redução da Jornada de Trabalho	D	Inalterada

QUADRO DE MOVIMENTAÇÃO, POR POSICIONAMENTO

POSICIONAMENTO	TRAMITANDO			TOTAL
	Apresentaram Movimentação		NÃO Apresentaram Movimentação	
	Mérito	Processual		
Convergente	1	1	2	4
Convergente com Ressalvas	2	1	6	9
Divergente com Ressalvas	-	-	-	-
Divergente	-	1	1	2
TOTAL GERAL	3	3	9	15

QUADRO GERAL DE MOVIMENTAÇÃO, POR TEMA

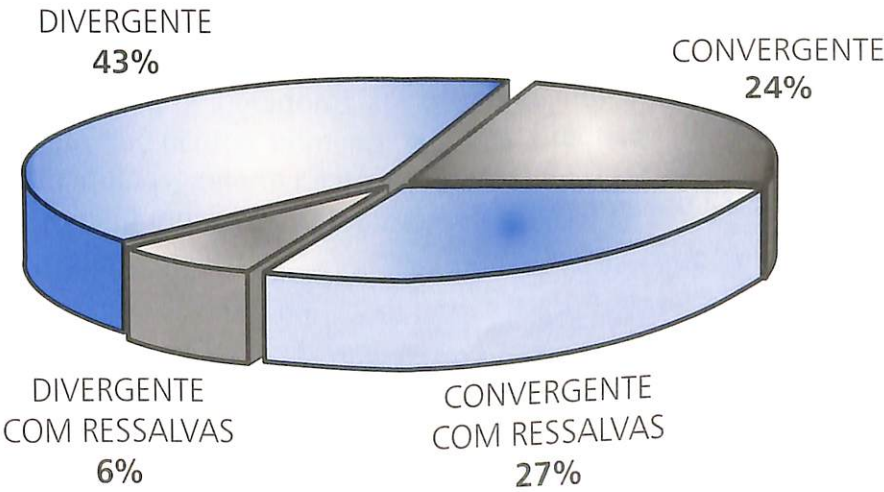
TEMAS	Apresentaram Movimentação		NÃO Apresentaram Movimentação	TOTAL
	Mérito	Processual		
Regulamentação da Economia	3	4	6	13
Questões Institucionais	3	-	2	5
Legislação Trabalhista	2	6	18	26
Custo de Financiamento	-	-	1	1
Infra-Estrutura	-	2	4	6
Meio Ambiente	2	6	4	12
Sistema Tributário	2	1	12	15
Infra-Estrutura Social	-	1	3	4
Indicações Setoriais	3	4	21	28
TOTAL GERAL	15	24	71	110

QUADRO DE MOVIMENTAÇÃO, POR POSICIONAMENTO

POSICIONAMENTO	TRAMITANDO			TOTAL
	Apresentaram Movimentação		NÃO Apresentaram Movimentação	
	Mérito	Processual		
Convergente	2	4	20	26
Convergente com Ressalvas	4	6	20	30
Divergente com Ressalvas	3	2	2	7
Divergente	6	12	29	47
TOTAL GERAL	15	24	71	110

QUADRO DE POSICIONAMENTO, POR TEMA

TEMA	Convergente	Convergente com Ressalvas	Divergente com Ressalvas	Divergente	Total	Taxa de Convergência
Regulamentação da Economia	3	6	2	2	13	69%
Questões Institucionais	1	1	2	1	5	40%
Legislação Trabalhista	4	4	2	16	26	31%
Custo de Financiamento	-	1	-	-	1	100%
Infra - Estrutura	1	5	-	-	6	100%
Meio Ambiente	2	5	-	5	12	58%
Sistema Tributário	6	4	1	4	15	67%
Infra- Estrutura Social	-	1	-	3	4	25%
Indicações Setoriais	9	3	-	16	28	43%
TOTAL PARCIAL	26	30	7	47	110	51%
TOTAL GERAL	56		54		110	



pauta mínima



POLÍTICA ECONÔMICA

PL 305/2007 do deputado Armando Monteiro (PTB/PE)

Atualiza os limites de receita bruta para enquadramento de empresas no sistema de apuração do IR pelo lucro presumido e de empresas prestadoras de serviços no benefício da redução da base de cálculo do IR.

Situação da Agenda: CD/CFT – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Júlio César (DEM/PI), pela aprovação deste projeto com emenda e rejeição dos apensados.

Situação atual: Inalterada.

MEIO AMBIENTE

PL 266/2007 dos deputados Rogério Lisboa (PFL/RJ) e Márcio Junqueira (PFL/RR)

Fixa que a compensação ambiental será proporcional aos impactos ambientais negativos não mitigáveis causados pelo empreendimento, limitada em 0,5% do valor do investimento.

Situação da Agenda: CD/CMADS – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Luiz Carreira (DEM/BA), pela aprovação deste projeto e dos apensados, com substitutivo.

Situação atual: CD/CMADS – Aguarda parecer do relator, deputado Jorge Khoury (DEM/BA).

MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

PLP 126/2007 do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB /PR)

O substitutivo da CFT cria novas hipóteses de opção pelo Simples Nacional; reduz as alíquotas do Simples Nacional para a indústria; permite transferência de créditos tributários de ICMS; autoriza estados e municípios a concederem benefícios (ICMS e ISS), diferenciados por atividade econômica; estabelece o parcelamento de débitos fiscais em 100 parcelas para fatos geradores até o último mês antes da aprovação da lei ou outubro de 2008, o que ocorrer primeiro; autoriza a redução de PIS/COFINS-Importação na aquisição de máquinas; determina novas regras para o consórcio Simples; cria a figura do microempreendedor individual (faturamento bruto anual até R\$ 36 mil).

Situação da Agenda: CD – Apensado ao PLP 88/2007, que se encontra na CDEIC aguardando designação de relatoria.

Situação atual: CD – Apensado ao PLP 2/2007, que se encontra na CCJC aguardando parecer do relator, deputado Bonifácio de Andrada (PSDB/MG). CFT – Aprovado com substitutivo. Tramita em regime de urgência.

**RELAÇÕES DO TRABALHO****PL 4.330/2004 do deputado Sandro Mabel (PL/GO)**

Admite a terceirização de atividades-meio e atividades-fim da contratante, permitindo sucessivas contratações do trabalhador por diferentes empresas prestadoras de serviços, que prestem serviços à mesma contratante de forma consecutiva. A empresa contratante será subsidiariamente responsável pelas obrigações trabalhistas referentes ao período em que ocorrer a prestação de serviços.

Situação da Agenda: CD/CTASP – Aguarda parecer do relator, deputado Pedro Henry (PP/MT). CDEIC – aprovado com emendas.

Situação atual: Inalterada.

REFORMA TRIBUTÁRIA**PEC 233/2008 do Poder Executivo**

Cria o IVA-F; extingue CSLL, Cofins, PIS, Cide-combustíveis e salário-educação; permite adicionais de alíquota do IR por setor de atividade econômica; estabelece regulamentação única do novo ICMS, sendo vedada adoção de norma estadual; prevê limites e mecanismos de ajuste da carga tributária em relação ao IR, IVA-Federal e novo ICMS, via lei complementar. O substitutivo da CCJC permite a cobrança do ICMS na origem com alíquota de 2% sobre as operações com derivados de petróleo e energia elétrica e remete à lei complementar a competência para definição das alíquotas e enquadramento do ICMS.

Situação da Agenda: CD/CCJC – Aguarda parecer do relator, deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ).

Situação atual: CD/CESP – Aguarda parecer do relator, deputado Sandro Mabel (PR/GO). CCJC – aprovada a admissibilidade com substitutivo.

POLÍTICA ECONÔMICA**PLS 646/1999 Complementar do senador Jorge Bornhausen (PFL/SC)**

Estabelece normas gerais sobre direitos e garantias aplicáveis na relação tributária do contribuinte com as administrações fazendárias.

Situação da Agenda: SF/CAE – Para reexame da matéria, com o relator senador Romero Jucá (PSDB/RR). CCJ – aprovado com emendas, e CAE – aprovado com emendas adotando emendas da CCJ. Emendas de Plenário: CCJ – favorável com subemendas de redação e, CAE – favorável com emendas e subemendas de redação.

Situação atual: Inalterada.

PL 836/2003 do deputado Bernardo Ariston (PSB/RJ)

Dispõe sobre os bancos de dados de proteção ao crédito e de relações comerciais, bem como sua relação com os cadastrados, fontes de informações e consulentes.

Situação da Agenda: CD – Encontra-se na Mesa Diretora, aguardando apreciação dos recursos nºs 90 e 92/2008, contra apreciação conclusiva das Comissões. CDC – aprovado com substitutivo. CCJC – aprovado o substitutivo da CDC com emendas.

Situação atual: Inalterada.



PL 5.877/2005 do Poder Executivo

Reestrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, estabelecendo que a análise de operações de fusões e aquisições seja feita antes do fechamento do negócio. O substitutivo da CESP prevê prazos estritos nas etapas da análise dos atos de concentração que se descumpridos implicarão na aprovação tácita do ato de concentração econômica.

Situação da Agenda: CD – Apensado ao PL 3.937/2004 que se encontra na CESP, aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Ciro Gomes (PSB/CE), favorável com substitutivo.

Situação atual: CD/PLENÁRIO – Apensado ao PL 3.937/2004, que aguarda inclusão em Ordem do Dia, com parecer da CESP, favorável com substitutivo.

INFRA-ESTRUTURA**PLC 32/2007 (PL 7.709/2007 do Poder Executivo)**

Reformula a Lei de Licitações para dispensar a licitação para contratos voltados à inovação, impedir a participação em novas licitações de pessoa jurídica cujos proprietários e diretores forem declarados suspensos de licitar e contratar enquanto perdurar a sanção, dentre outras mudanças.

Situação da Agenda: SF/PLENÁRIO – Aguarda inclusão na Ordem do Dia, tendo os seguintes pareceres: CAE – aprovado com substitutivo, CCJ – aprovado com emendas e, CCT – aprovadas as emendas da CCJ.

Situação atual: Inalterada.

PLC 90/2007 (PL 6.673/2006 do Poder Executivo)

O projeto busca fixar marco regulatório específico para o tratamento do gás natural. Dessa forma, dispõe sobre: o transporte dutoviário do gás natural; os regimes de concessão ou autorização para a construção e operação de gasodutos; a comercialização, a estocagem e o acondicionamento do gás; o acesso de terceiros aos gasodutos e a cessão de capacidade.

Situação da Agenda: SF/CCJ – Aguarda parecer do relator, senador Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE). CD – aprovado substitutivo.

Situação atual: SF/CCJ – Aguarda apreciação do parecer do relator, senador Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE), favorável com emendas.

PL 3.337/2004 do Poder Executivo

Transfere aos ministérios, a que estão vinculadas as agências reguladoras, os atos referentes à elaboração de planos de outorga; à extinção do direito de exploração do serviço no regime público e à celebração de contratos de concessão para a prestação do serviço.

Situação da Agenda: CD/PLENÁRIO – Aguarda inclusão na Ordem do Dia, pendente de parecer da CESP. Tramita em regime de urgência.

Situação atual: Inalterada.

MEIO AMBIENTE**PLP 388/2007 do Poder Executivo**

Fixa normas e diretrizes para a cooperação entre a União, estados, Distrito Federal e municípios no exercício das competências ambientais comuns.

Situação da Agenda: CD – Apensado ao PLP 12/2003, que se encontra na CCJC aguardando parecer do relator, deputado Geraldo Pudim (PMDB/RJ). CAPADR – aprovado com substitutivo e, CMADS – aprovado com substitutivo.

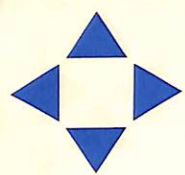
Situação atual: Inalterada.

PL 203/1991 (PLS 354/1989 do senador Francisco Rollemberg – PMN/SE)

Institui a Política Nacional de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PNRS), seus objetivos, fundamentos e instrumentos. O substitutivo aprovado na CESP inova nos seguintes principais pontos: exclusão da responsabilidade pós-consumo exclusiva da indústria no descarte de produtos obsoletos; determinação da responsabilidade do consumidor final pelos resíduos por ele gerados e fixação de novas regras quanto aos resíduos pneumáticos.

Situação da Agenda: CD/PLENÁRIO – Aguarda inclusão em Ordem do Dia, para apreciação do substitutivo adotado pela CESP.

Situação atual: Criado pela Presidência da CD, Grupo de Trabalho para exame do parecer da CESP, cujo relator é o deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP).



RELAÇÕES DO TRABALHO

PLP 8/2003 do deputado Maurício Rands (PT/PE)

Determina que o empregador somente poderá despedir o empregado em duas hipóteses: I) por justo motivo objetivo – relacionado à dificuldade econômica ou financeira, ou reestruturação da empresa; II) por justo motivo subjetivo – relacionado à indisciplina ou ineficiência de desempenho do empregado.

Situação da Agenda: CD/CTASP – Aguarda designação de relatoria. CDEIC – rejeitado.

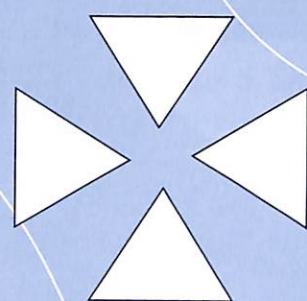
Situação atual: CD/CTASP – Aguarda parecer do relator, deputado Roberto Santiago (PV/SP). CDEIC – rejeitado.

PL 4.653/1994 do deputado Paulo Paim (PT/RS) – em substituição ao PL 7689/06 (apenso)

Estabelece que a duração do trabalho normal não será superior a oito horas diárias e quarenta semanais, facultada a compensação de horários e a redução de jornada, mediante acordo ou convenção coletiva, aplicando-se o disposto na lei a todos empregados da atividade privada ou pública, inclusive os rurais.

Situação atual: CD/CTASP – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Vicentinho (PT/SP), favorável com substitutivo.

demais
proposições



convergente



proposições com posicionamento convergente

REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

PL 4.961/2005 do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)

Permite o patenteamento de substâncias ou matérias extraídas de ser vivo natural.

Situação na Agenda: CD/CMADS – Aguarda parecer do relator, deputado Germano Bonow (DEM/RS).

Situação atual: Inalterada.

PL 717/2003 do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)

Sujeição dos produtos importados às normas de certificação aplicadas aos produtos similares nacionais.

Situação na Agenda: CD/PLENÁRIO – Aguardando apreciação, tendo os seguintes pareceres: CDEIC – pela aprovação deste projeto e rejeição do apensado, CDC – favorável com substitutivo e, CCJC – favorável com substitutivo. Tramita em regime de urgência.

Situação atual: Inalterada.

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

PL 2.249/2007 do deputado Armando Monteiro (PTB/PE)

Altera a Lei de Execuções Fiscais para estabelecer a possibilidade de oferecimento de garantia antecipada no processo de execução fiscal.

Situação na Agenda: CD/CTASP – Aguarda parecer do relator, deputado Edgar Moury (PMDB/PE).

Situação atual: Inalterada.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

PLS 76/2005 do senador Jefferson Péres (PDT/AM)

Institui a suspensão do contrato de trabalho em caso de crise econômico-financeira da empresa.

Situação na Agenda: SF/CAS – Aguarda apreciação do parecer do relator, senador Demóstenes Torres (PFL/GO), pela aprovação.

Situação atual: Inalterada.

**PL 7.386/2006 (PLS 116/2003 do senador Sérgio Zambiasi – PTB/RS)**

Prevê que as férias poderão, mediante acordo escrito, individual ou coletivo, ser desdobradas em até três períodos, que não poderão ser inferiores a 10 dias corridos.

Situação na Agenda: CD/CTASP – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Tadeu Filippelli (PMDB/DF), pela aprovação deste com substitutivo e rejeição dos apensados.

Situação atual: Inalterada.

PLP 378/2006 do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)

Extingue a contribuição adicional de 10% incidente sobre os depósitos referentes ao FGTS, devida pelos empregadores em caso de despedida do empregado sem justa causa.

Situação na Agenda: CD/CTASP – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Milton Monti (PR/SP), favorável com substitutivo.

Situação atual: Inalterada.

MEIO AMBIENTE**PL 2.068/2007 do deputado Eduardo da Fonte (PP/PE)**

Limita as zonas de amortecimento nas unidades de conservação (UCs) em 100 metros, quando, na data de sua criação, já estejam estabelecidas atividades produtivas na área.

Situação na Agenda: CD/CMADS – Aguarda parecer do relator, deputado Iran Barbosa (PT/SE).

Situação atual: Inalterada.

INFRA-ESTRUTURA**PL 7.397/2006 do deputado Júlio Semeghini (PSDB/SP)**

Fixa os limites das Áreas de Preservação Permanente ao redor de reservatórios artificiais.

Situação na Agenda: CD/CDU – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Jackson Barreto (PMDB/SE), favorável com substitutivo.

Situação atual: Inalterada.

SISTEMA TRIBUTÁRIO**PL 2.098/2007 do deputado Rocha Loures (PMDB/PR)**

Reduz a alíquota da COFINS não-cumulativa de 7,6% para 6,4%.

Situação na Agenda: CD/CFT – Aguarda parecer do relator, deputado João Dado (PDT/SP).

Situação atual: Inalterada.

PLP 243/2001 do deputado Chico da Princesa (PTB/PR)

Altera a Lei Kandir para estabelecer que o ICMS não incidirá sobre transferência de mercadorias, entre estabelecimentos do mesmo titular, destinadas a conserto ou substituição de partes do ativo permanente.

Situação na Agenda: CD – Apensado ao PLP 221/1998, que se encontra na CCJC, aguardando designação de relatoria.

Situação atual: Inalterada.

PL 1.096/2007 do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)

Reduz para 12 meses o prazo para aproveitamento de créditos, relativos a bens do ativo imobilizado, da COFINS e do PIS/PASEP.

Situação na Agenda: CD/CFT – Aguarda parecer do relator, deputado Alfredo Kaefer (PSDB/PR). CDEIC – aprovado.

Situação atual: Inalterada.

PLS 492/2007 do senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)

Retira a limitação de compensação de créditos apurados pelo sujeito passivo, relativos a tributos ou contribuições administrados pela Receita Federal com débitos próprios, relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados pelo mesmo órgão.

Situação na Agenda: SF/CAE – Aguarda designação de relatoria.

Situação atual: SF/CAE – Aguarda parecer do relator, senador Wellington Salgado (PMDB/MG).

PLP 107/2007 do deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT)

Determina que, nos casos de pagamento indevido de imposto, o prazo para pleitear o valor pago indevidamente será de cinco anos contados da homologação do crédito tributário (e não do pagamento antecipado, como previsto na legislação vigente).

Situação na Agenda: CD/CFT – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), pela aprovação.

Situação atual: Inalterada.



convergente
com ressalvas

REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

PDC 387/2007 (MSC 82/2007), do Poder Executivo

Submete ao Congresso Nacional a ratificação do Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL.

Situação na Agenda: CD/PLENÁRIO – Aguarda apreciação, tendo pareceres pela aprovação da CCJC e da CREDN. Tramita em regime de urgência.

Situação atual: Inalterada.

PL 268/2007 do deputado Eduardo Sciarra (PFL/PR)

Altera a Lei de Biossegurança para estabelecer regras de comercialização de sementes geneticamente modificadas.

Situação na Agenda: CD/CAPADR – Aguarda parecer do relator, deputado Homero Pereira (PR/MT). CMADS – rejeitado.

Situação atual: CD/CAPADR – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Homero Pereira (PR/MT), pela aprovação com substitutivo. CMADS – rejeitado.

PL 6.976/2006 do deputado Carlos Eduardo Cadoca (PMDB/PE)

Estabelece regime tributário especial para feiras, exposições, convenções, congressos e atividades internacionais congêneres, organizadas no país, e dá outras providências.

Situação na Agenda: CD/CFT – Aguarda parecer do relator, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR).

Situação atual: Inalterada.

PLS 32/2006 Complementar dos senadores Renan Calheiros (PMDB/AL) e Fernando Bezerra (PTB/RN)

Altera a legislação cambial brasileira para extinguir a cobertura cambial nas exportações, desobrigando os exportadores de venderem seus dólares no mercado de câmbio brasileiro.

Situação na Agenda: SF/CCJ – Aguarda parecer do relator, senador Antônio Carlos Júnior (DEM/BA).

Situação atual: Inalterada.

PLC 119/2006 (PLP 184/2004 do Poder Executivo)

Institui a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste – SUDECO, autarquia especial com autonomia financeira e administrativa, que articulará a captação de recursos financeiros oriundos de pessoas jurídicas de direito público e privado, para aplicação em sua área de atuação.

Situação na Agenda: SF/CCJ – Aguarda parecer da relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB/GO).

Situação atual: SF/CCJ – Aguarda apreciação do parecer da relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB/GO), favorável com substitutivo.

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

PEC 511/2006 (PEC 72/2005 do senador Antônio Carlos Magalhães – PFL/BA)

Altera o rito de tramitação das medidas provisórias. Põe fim ao trancamento da pauta de votações e cria regras para a edição de MPs de crédito extraordinário.

Situação na Agenda: CD/CESP – Aguarda parecer do relator, deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ). CCJC – aprovada.

Situação atual: CD/PLENÁRIO – Aguarda apreciação, tendo os seguintes pareceres: CESP, favorável com substitutivo e, CCJC, aprovada.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

PLS 39/2007 do senador Álvaro Dias (PSDB/PR)

Estabelece que o juiz determinará o arquivamento do processo de execução trabalhista quando, por responsabilidade exclusiva do autor, não for dada continuidade à execução pelo prazo de um ano.

Situação na Agenda: SF/CAS – Aguarda apreciação do parecer relator, senador Jayme Campos (DEM/MT), pela aprovação.

Situação atual: Inalterada.

PLS 112/2006 do senador Jose Sarney (PMDB/AP)

Fixa em 3% a reserva de mercado para beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, permanecendo obrigadas ao preenchimento da cota as empresas com 100 ou mais empregados.

Situação na Agenda: SF/CCJ – Aguarda apreciação do parecer do relator, senador Edison Lobão (PFL/MA), favorável com emendas.

Situação atual: SF/CCJ – Aguarda parecer da relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB/GO).

PL 4.302/1998 do Poder Executivo (Substitutivo do Senado Federal)

Altera a lei que dispõe sobre o trabalho temporário (Lei nº 6019/74) e regula a prestação de serviços a terceiros.

Situação na Agenda: CD/CTASP – Aguarda parecer do relator, deputado Sandro Mabel (PR/GO), e na CCJC, aguardando designação de relatoria. Tramita em regime de urgência.

Situação atual: Inalterada.

PL 6.541/2006 da Comissão Especial Mista de Regulamentação da Emenda 45

Institui o Fundo de Garantia de Execuções Trabalhistas – FGET – com a função de assegurar, subsidiariamente, o pagamento dos créditos decorrentes de decisões condenatórias transitadas em julgado proferidas pela Justiça do Trabalho, no valor de até 40 salários mínimos.

Situação na Agenda: CD – Apensado ao PL 4.597/2004 que se encontra na CCJC, aguardando parecer do relator, deputado Paulo Magalhães (PFL/BA).

Situação atual: Inalterada.

MEIO AMBIENTE

PL 3.955/2004 do deputado José Santana de Vasconcellos (PL/MG)

Possibilita às empresas industriais e agroindustriais deduzir, em dobro – para efeito de apuração do lucro tributável pelo imposto de renda –, os gastos realizados com a aquisição e instalação de equipamentos e aparelhos antipoluentes nas suas unidades de produção.

Situação na Agenda: CD/CFT – Aguarda parecer do relator, deputado Sérgio Barradas Carneiro (PT/BA). CMADS – aprovado com emendas.

Situação atual: CD/CFT – Aguarda parecer do relator, deputado Guilherme Campos (DEM/SP).

PL 6.424/2005 (PLS 110/2005 do senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA)

Permite a reposição florestal e a recomposição da reserva legal mediante o plantio de palmáceas em áreas alteradas.

O substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura e Pecuária da Câmara ampliou o escopo do projeto, reduzindo a reserva legal em área de floresta na Amazônia Legal para até 50% do imóvel, quando previsto em Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE e autorizando a compensação da reserva legal em outra bacia hidrográfica, no mesmo estado, em área equivalente a 75% do total devido.

Situação na Agenda: CD – Aguarda constituição de CESP.

Situação atual: CD/CMADS – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Jorge Khoury (DEM-BA), favorável com substitutivo. CAPADR – aprovado com substitutivo.



PL 261/2007 do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)

Institui a Política Nacional de Mudanças Climáticas – PNMC, para estimular a redução progressiva das emissões de gases de efeito estufa. Para tanto, fixa princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos, e cria o Fundo Nacional de Mudanças Climáticas (FNMC), com a finalidade de viabilizar a implantação dos instrumentos previstos na lei.

Situação na Agenda: CD/CFT – Aguarda parecer do relator, deputado Rocha Loures (PMDB/PR). CMADS – aprovado com substitutivo.

Situação atual: Inalterada.

INFRA-ESTRUTURA

PLS 327/2006 do senador João Alberto Souza (PMDB/MA)

Dispõe sobre a abertura dos chamados portos secos (denominados de “CLIA” – Centro Logístico Industrial Aduaneiro) mediante o regime de licenciamento, substituindo o regime atual de concessões e permissões. Além disso, traz regras sobre a fixação, pelo Conselho Monetário Nacional, dos limites para o porte de valores livres de declaração na entrada e saída do país.

Situação na Agenda: SF/CI – Aguarda parecer do relator, senador João Tenório (PSDB/AL).

Situação atual: Inalterada.

PL 1.563/2007 do deputado Paulo Teixeira (PT/SP) e co-autores

Promove o uso de fontes renováveis para a geração de energia elétrica, a universalização, a geração distribuída e a racionalização energética. Para isso, institui os seguintes programas: a) Programa de Fontes Alternativas para Sistemas Isolados (Fais); b) Programa de Aquecimento de Água por Energia Solar (Paes); c) Programa de Incentivo à Geração Distribuída (PGD). Obriga a concessionária local a comprar a energia produzida pelo pequeno produtor a partir de fontes alternativas e renováveis, conforme preço estabelecido pelo Poder Concedente, tendo como piso 100% da tarifa média nacional de fornecimento ao consumidor final do último ano.

Situação na Agenda: CD – Apensado ao PL 630/2003 que aguarda constituição de CESP.

Situação atual: CD – Apensado ao PL 630/2003 que se encontra na CESP, aguardando parecer do relator, deputado Fernando Ferro (PT/PE).

SISTEMA TRIBUTÁRIO

PLP 342/2006 do deputado Osvaldo Reis (PMDB/TO)

Altera a Lei Kandir para determinar que não integrará a base de cálculo do ICMS o montante do próprio imposto.

Situação na Agenda: CD/CCJC – Aguarda parecer do relator, deputado Sandro Mabel (PR/GO). CFT – rejeitado.

Situação atual: Inalterada.

PL 5.250/2005 (PLS 245/2004 do senador Fernando Bezerra – PTB/RN)

Autoriza parcelamento de débitos tributários e previdenciários, além de dívidas ambientais e relativas ao FGTS, de empresas submetidas a recuperação judicial.

Situação na Agenda: CD – Aguarda constituição de CESP.

Situação atual: Inalterada.

INFRA-ESTRUTURA SOCIAL

PL 7.200/2006 do Poder Executivo

Apresenta normas gerais de educação superior aplicáveis a: I) instituições públicas de ensino superior mantidas pela União, pelos estados, pelo DF e pelos municípios; II) instituições comunitárias e particulares de ensino superior mantidas por pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado; e III) instituições de pesquisa científica e tecnológica, quando promoverem a oferta de cursos e programas de graduação ou de pós-graduação.

Situação na Agenda: CD – Apensado ao PL 4.212/2004 que aguarda constituição de CESP.

Situação atual: Inalterada.

INDICAÇÕES SETORIAIS

PL 3.057/2000 do deputado Bispo Wanderval (PL/SP)

Institui a Lei de Responsabilidade Territorial Urbana, que disciplinará o parcelamento do solo e a regularização fundiária sustentável de áreas urbanas, sem prejuízo das disposições aplicáveis estabelecidas por leis federais, estaduais ou municipais.

Situação na Agenda: CD/PLENÁRIO – Encontra-se pronto para a Ordem do Dia, tendo os seguintes pareceres: CDU – aprovado com substitutivo e CESP – aprovado com substitutivo.

Situação atual: Inalterada.



PEC 23/2006 do senador Edison Lobão (PFL/MA)

Veda à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios instituir tributos sobre gêneros essenciais à alimentação humana básica, conforme definidos em lei complementar.

Situação na Agenda: SF/CCJ – Aguarda designação de relatoria.

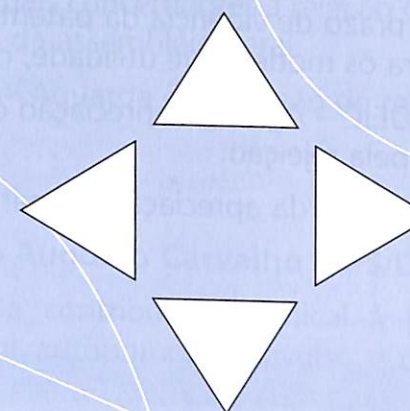
Situação atual: Inalterada.

PLC 83/2005 (PL 936/2003 do deputado Rogério Silva – PPS/MT)

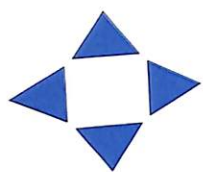
Eleva de 5 para 10 anos o prazo de responsabilidade civil do empreiteiro pela solidez e segurança da obra nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis.

Situação na Agenda: SF/CCJ – Aguarda parecer do relator, senador Aloízio Mercadante (PT/SP).

Situação atual: Inalterada.



divergente



REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

PL 3.769/2004 do deputado Celso Russomanno (PP/SP)

Altera o Código de Defesa do Consumidor para estabelecer que, cessadas a produção ou importação, os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição do produto, por período não inferior a 10 anos.

Situação na Agenda: CD/CDEIC – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Vanderlei Macris (PSDB/SP), pela rejeição deste projeto e aprovação do PL 4.061/2004, apensado, com substitutivo.

Situação atual: Inalterada.

PL 6.199/2005 do deputado Nazareno Fonteles (PT/PI)

Reduz de 20 para 10 anos o prazo de vigência da patente de invenção; e de 15 para 07 anos, o prazo de vigência para os modelos de utilidade, contados da data do depósito.

Situação na Agenda: CD/CDEIC – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Nelson Marquezelli (PTB/SP), pela rejeição.

Situação atual: CD/CDEIC – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Lúcio Vale (PR/PA), pela rejeição.

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

PLP 75/2003 do deputado Eduardo Cunha (PPB/RJ)

Condiciona a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada em matéria tributária ao depósito do montante integral do crédito tributário, até o trânsito em julgado do mérito.

Situação na Agenda: CD/CCJC – Aguarda parecer do relator, deputado Sandro Mabel (PR/GO). CFT – aprovado.

Situação atual: Inalterada.

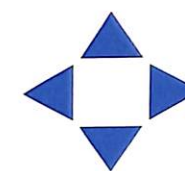
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

PL 557/2007 do deputado Tarcísio Zimmermann (PT/RS)

Prevê que as cláusulas dos acordos, convenções ou contratos coletivos de trabalho integrarão os contratos individuais de trabalho e que essas cláusulas somente poderão ser reduzidas ou suprimidas por posterior negociação coletiva.

Situação na Agenda: CD/CTASP – Aguarda apreciação do parecer do relator, Dep. Tadeu Filippelli (PMDB/DF), pela aprovação com substitutivo.

Situação atual: Inalterada.



PL 1.562/2007 do deputado Nelson Pellegrino (PT/BA) e co-autores

Garante a percepção de adicional de periculosidade de 30% sobre o salário para o trabalhador que exercer suas atividades sujeito a riscos acentuados de acidentes de trânsito, acidentes do trabalho, roubos ou outras espécies de violência física.

Situação na Agenda: CD/CCJC – Aguarda designação de relatoria. CTASP – aprovado com substitutivo.

Situação atual: CD/CCJC – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Tadeu Filippelli (PMDB/DF), favorável com substitutivo.

PLS 200/2006 do senador Paulo Paim (PT/RS)

Insere, entre as prerrogativas do sindicato, a competência para atuar em juízo como substituto processual dos integrantes das categorias que representa, associados ou não, na defesa dos interesses individuais concernentes à relação de emprego ou funcional. Para tanto, deverá ter a autorização da assembléia geral.

Situação na Agenda: SF/CCJ – Aguarda designação de relatoria.

Situação atual: Inalterada.

PL 2.424/2007 do deputado Augusto Carvalho (PPS/DF)

Condiciona o recolhimento da contribuição sindical à prévia autorização individual do empregado, do trabalhador autônomo, do avulso e do empregador, para os seus respectivos sindicatos.

Situação na Agenda: CD/CTASP – Aguarda designação de relatoria.

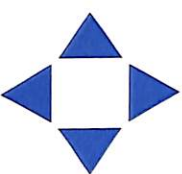
Situação atual: CD/CTASP – Aguarda parecer do relator, Deputado Nelson Marquezelli (PTB/SP).

PL 7.663/2006 do deputado Daniel Almeida (PC do B/BA)

Modifica disposições da CLT, relativas à jornada de trabalho, remuneração de hora extra e adicionais.

Situação na Agenda: CD/CTASP – Aguarda parecer do relator, deputado Roberto Santiago (PV/SP).

Situação atual: Inalterada.



PL 1.981/2003 do deputado Vicentinho (PT/SP)

Dispõe sobre a participação dos sindicatos no sistema de inspeção das disposições legais relativas às condições de trabalho e à proteção dos trabalhadores no exercício profissional.

Situação na Agenda: CD/CTASP – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Edinho Bez (PMDB/SC), pela rejeição.

Situação atual: CD/CCJC – Aguarda parecer do relator, deputado Paes Landim (PTB/PI). CTASP – aprovado.

PLC 17/2004 (PL 7.122/2002 do deputado Dr. Rosinha – PT/PR)

Restabelece, no Código Civil, o prazo prescricional de 20 anos para a reparação de acidente do trabalho ou doença ocupacional.

Situação na Agenda: SF/CCJ – Aguarda designação de relatoria.

Situação atual: Inalterada.

PL 1.780/2007 do deputado Daniel Almeida (PCdoB/BA)

Amplia a estabilidade do trabalhador vítima de acidente de trabalho que apresenta redução na capacidade laboral para até a aposentadoria por tempo de contribuição do segurado, independentemente de percepção de auxílio-acidente. Atualmente, a estabilidade do acidentado é de 12 meses após a cessação do auxílio doença.

Situação na Agenda: CD/CTASP – Aguarda parecer do relator, deputado Edgar Moury (PMDB/PE).

Situação atual: CD/CTASP – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Edgar Moury (PMDB/PE), favorável com substitutivo.

PL 6.911/2006 do deputado Luiz Alberto (PT/BA)

Estabelece novas regras para distribuição dos lucros ou resultados aos empregados.

Situação na Agenda: CD/CDEIC – Aguarda parecer do relator, deputado Miguel Corrêa Jr. (PT/MG).

Situação atual: Inalterada.

PL 498/2003 da deputada Dra. Clair (PT/PA)

Estabelece que os procedimentos das Comissões de Conciliação Prévia sejam facultativos, gratuitos e que haja a presença de um advogado.

Situação na Agenda: CD/CCJC – Aguarda apreciação do parecer do relator deputado Maurício Rands (PT/PE), favorável com substitutivo. CTASP – aprovado com substitutivo.

Situação atual: Inalterada.

PEC 231/1995 do deputado Inácio Arruda (PCdoB/CE)

Reduz a duração do trabalho normal para 40 horas semanais e eleva o percentual mínimo devido na remuneração do serviço extraordinário para 75%.

Situação na Agenda: CD – Aguardando constituição de CESP. CCJC – aprovado.

Situação atual: Inalterada.

PLS 513/2007 do senador Paulo Paim (PT/RS)

Proíbe o empregador de interpor ação judicial contra movimento grevista pacífico, com o objetivo de impedir a ocupação da empresa ou a imposição de obstáculos ao seu funcionamento.

Situação na Agenda: SF/CCJ – Aguarda designação de relatoria.

Situação atual: Inalterada.

PL 4.734/2004 do Poder Executivo

Estabelece novos limites dos valores recursais na justiça trabalhista.

Situação na Agenda: CD – Apensado ao PL 3.165/2004 que se encontra na Mesa Diretora, aguardando apreciação do recurso nº 312/2006, contra apreciação conclusiva das Comissões. CTASP – rejeitado o PL 3.165/2004 e aprovado o PL 4.734/2004 com substitutivo; e CCJC – rejeitado o PL 3.165/2004 e aprovado o PL 4.734/2004 com substitutivo e também o substitutivo adotado na CTASP.

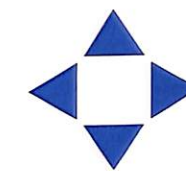
Situação atual: Inalterada.

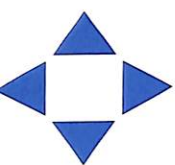
Emenda do Senado Federal ao PL 1/2007 do Poder Executivo

Dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023. A emenda do Senado estende a política de reajuste aos benefícios previdenciários.

Situação na Agenda: SF/PLENÁRIO – Pronto para a Ordem do Dia, tendo os seguintes pareceres: CAE – aprovado e CAS – aprovado com emenda.

Situação atual: CD/PLENÁRIO – Aguarda inclusão na Ordem do Dia, tendo parecer da CESP pela aprovação da emenda do Senado. Senado – Aprovado com emenda.



**MEIO AMBIENTE****PL 1.254/2003 do deputado César Medeiros (PT/MG)**

Obriga a realização de auditorias ambientais periódicas nas empresas ou entidades, de natureza pública ou privada, responsáveis por obras ou atividades potencialmente causadoras de degradação do meio ambiente ou que utilizem recursos ambientais em seu processo de produção. A auditoria deverá ser realizada por empresas cadastradas pelo Inmetro.

Situação na Agenda: CD/CMADS – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Rodovalho (DEM/DF) pela aprovação deste do apensado com substitutivo e pela rejeição das emendas 1 e 2 da CMADS. CDEIC – rejeitado.

Situação atual: CD/CMADS – Aguarda nova designação de relator.

PL 3.559/2004 do deputado Raul Jungmann (PPS/PE)

Obriga o CMN a emitir resolução que disponha sobre a análise do risco ambiental nas concessões de crédito com prazo superior a um ano pelo sistema financeiro nacional.

Situação na Agenda: CD/CFT – Aguarda parecer do relator, deputado Rocha Loures (PMDB/PR). CMADS – rejeitado.

Situação atual: Rejeitado e arquivado.

PL 3.729/2004 do deputado Luciano Zica (PT/SP) e outros

Disciplina o processo de licenciamento ambiental, regulamenta o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA) e institui a Taxa de Licenciamento Ambiental Federal. Define como empreendimentos potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente os assim considerados pelo licenciador; os incluídos em relação estabelecida por resolução do Conama e os incluídos em relação estabelecidas pelos estados ou pelo DF.

Situação na Agenda: CD/CMADS – Aguarda parecer do relator, deputado Ricardo Trípoli (PSDB/SP).

Situação atual: Inalterada.

PL 19/2007 do deputado Sarney Filho (PV/MA)

Determina que o Poder Público deverá reduzir, até o ano de 2012, em 4%, o montante de emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa, advinda de quaisquer fontes situadas no território nacional, em relação ao montante emitido em 1990.

Situação na Agenda: CD – Encontra-se na Mesa Diretora, aguardando apreciação do recurso nº 142/2007, contra apreciação conclusiva das Comissões. CMADS – aprovado com emendas e CCJC – aprovado com substitutivo.

Situação atual: Inalterada.

PL 2.153/2007 do deputado Vander Loubet (PT/MS)

Institui a Certidão Negativa de Débito Ambiental (CNDA), a ser expedida segundo critérios definidos em regulamento.

Situação na Agenda: CD/CMADS – Aguarda parecer do relator, deputado Ricardo Trípoli (PSDB/SP).

Situação atual: CD/CFT – Aguarda parecer do relator, deputado Duarte Nogueira (PSDB/SP). CMADS – rejeitado.

SISTEMA TRIBUTÁRIO**PLS 24/2007 da Comissão Mista de Salário Mínimo**

Reduz a contribuição social incidente sobre a folha de salários e aumenta a incidente sobre a receita bruta.

Situação na Agenda: SF/CAE – Aguarda parecer do relator, senador Romero Jucá (PSDB/RR).

Situação atual: Inalterada.

PLC 27/2008 (PL 2.105/2007 do Poder Executivo)

Institui o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai para a microempresa optante do Simples Nacional. A alíquota única de 42,25% sobre o preço de aquisição das mercadorias importadas corresponde a 18% para o Imposto de Importação; 15% para o IPI; 6,65% para a Cofins; e 1,65% para o PIS.

Situação na Agenda: CD/PLENÁRIO – Apensado ao PL 1.179/2007 que se encontra pronto para a Ordem do Dia, em regime de urgência, pendente de pareceres das CDEIC, CFT e CCJC.

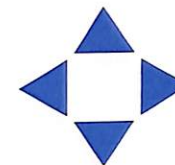
Situação atual: SF/CCJ – Aguarda designação de relator. CD – aprovado com substitutivo. Urgência extinta por solicitação do Poder Executivo. A matéria foi despachada à CCJ, à CAE e à Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL.

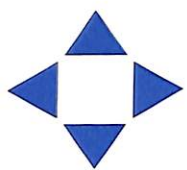
PEC 83/2007 do senador Marcelo Crivella (PRB/RJ)

Permite incidência do ICMS sobre a exportação dos produtos primários e semi-elaborados definidos em lei complementar. Caberá ao Senado definir as alíquotas do imposto aplicáveis a essas operações.

Situação na Agenda: SF/CCJ – Aguarda designação de relatoria.

Situação atual: Inalterada.





PLS 320/2007 do senador Pedro Simon (PMDB/RS)

Altera o Código Tributário Nacional para determinar que não haverá decadência do direito de lançamento de débito tributário enquanto estiver em curso inquérito policial, procedimento investigatório do Ministério Público ou ação penal por ilícito que envolva, direta ou indiretamente, o tributo devido, mesmo após o prazo de homologação do débito.

Situação na Agenda: SF/CAE – Aguarda apreciação do parecer do relator, senador Francisco Dornelles (PP/RJ), pela rejeição.

Situação atual: Inalterada.

INFRA-ESTRUTURA SOCIAL

PLP 189/2001 da deputada Jandira Feghali (PC do B/RJ)

Assegura aposentadoria especial, a cargo do INSS, ao segurado do Regime Geral de Previdência Social que tiver exercido atividade sujeita a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física durante 15, 20 ou 25 anos.

Situação na Agenda: CD – Apensado ao PLP 60/1999, que se encontra na CFT, aguardando parecer do relator, deputado Marcelo Almeida (PMDB/PR). CTASP – aprovado com substitutivo. CSSF – aprovado com substitutivo.

Situação atual: Inalterada.

PL 100/2007 da Comissão Mista do Salário Mínimo

Altera a Lei de Benefícios da Previdência Social, para excluir o fator previdenciário do cálculo da aposentadoria por idade ou por tempo de contribuição. Esses benefícios passarão a ser calculados da mesma forma que os benefícios de aposentadorias por invalidez e especial, de auxílio-doença e de auxílio-acidente (ou seja, em 1/13 da média aritmética simples dos maiores valores sobre os quais incidiu a contribuição anual, correspondentes a 80% de todo o período contributivo).

Situação na Agenda: CD/PLENÁRIO – Aguardando apreciação.

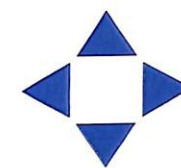
Situação atual: Inalterada.

PL 32/1999 do deputado Paulo Rocha (PT/PA)

Obriga empresas privadas que tiverem 100 empregados ou mais, empresas públicas, sociedades de economia mista e concessionárias de serviços públicos a elaborarem um “balanço social” a ser divulgado até 30 de abril de cada ano.

Situação na Agenda: CD/CDEIC – Aguarda parecer do relator, deputado Reginaldo Lopes (PT/MG). CTASP – aprovado com emenda.

Situação atual: CD/CDEIC – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Reginaldo Lopes (PT/MG), favorável com substitutivo. CTASP – aprovado com emenda.



INDICAÇÕES SETORIAIS

PL 4.846/1994 do deputado Francisco Silva (PP/RJ)

O substitutivo apresentado na Comissão Especial estabelece novas regras de propaganda e comercialização de bebidas alcoólicas, produtos fumíferos, medicamentos e terapias e defensivos agrícolas.

Situação na Agenda: CD/PLENÁRIO – Encontra-se pronto para a Ordem do Dia, em regime de urgência, pendente de parecer da CESP. CCTCI – aprovado com substitutivo.

Situação atual: CD/PLENÁRIO – Encontra-se pronto para a Ordem do Dia, em regime de prioridade, pendente de parecer da CESP. CCTCI – aprovado com substitutivo.

PL 3.854/1997 do deputado Adão Preto (PT/RS)

A classificação e o recebimento do fumo, de estufa e de galpão, quando da aquisição para processamento, exportação e comercialização em geral, serão efetuados na fonte de produção – estabelecimento rural onde ocorrem as etapas finais do processo de produção – com a participação do agricultor-vendedor e da firma ou empresa compradora. Tanto o agricultor-vendedor quanto a empresa ou firma compradora poderão contar com a assistência de suas entidades representativas correspondentes.

Situação na Agenda: CD/CCJC – Aguarda parecer do relator, deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP). CSSF – pela incompetência da Comissão para apreciar a matéria, CTASP – aprovado, CDEIC – rejeitado, e CAPADR – rejeitado.

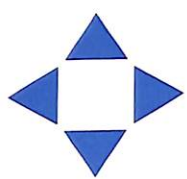
Situação atual: Inalterada.

PL 513/1999 do deputado Cunha Bueno (PPB/SP)

Obriga as indústrias de cigarros e de produtos derivados do tabaco a ressarcirem estabelecimentos públicos de saúde pelas despesas realizadas no atendimento e tratamento de pacientes portadores de doenças provocadas ou agravadas em consequência do uso de produtos derivados do tabaco. A obrigação é estendida também em relação às despesas com pacientes não fumantes que adquiriram ou tiveram agravada doença de forma passiva, desde que comprovada a sua origem.

Situação na Agenda: CD/CCJC – Aguarda parecer do relator, deputado Vilson Covatti (PP/RS). CDEIC – aprovado com substitutivo, CSSF – aprovado com emendas e, CFT – rejeitado.

Situação atual: CD/CCJC – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Vilson Covatti (PP/RS), pela inconstitucionalidade e injuridicidade deste projeto, do substitutivo adotado pela CDEIC e das subemendas a ele aprovadas na CSSF e seus apensos. CDEIC – aprovado com substitutivo, CSSF – aprovado com emendas e, CFT – rejeitado.



PL 5.802/2001 (PLS 388/2001 do senador Tião Viana PT/AC)

Altera as leis de Defesa do Consumidor e da Vigilância Sanitária – para dispor que os saneantes domissanitários serão classificados segundo o risco que apresentem para a saúde e a vida das pessoas, atribuindo-se a cada categoria de risco um símbolo de perigo correspondente. Caberá à autoridade sanitária competente estabelecer as classes dos produtos por meio de normas previstas em legislação específica.

Situação na Agenda: CD/PLENÁRIO – Encontra-se pronto para a Ordem do Dia, tendo os seguintes pareceres: CDC – aprovado, CSSF – aprovado com emenda, e CCJC – aprovado com substitutivo.

Situação atual: Inalterada.

PL 5.823/2001 do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)

Proíbe a comercialização de cigarros e de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, a locais de prestação de serviços públicos, inclusive sob regime de concessão ou permissão, como portos, aeroportos, rodoviárias. A emenda aprovada na CDEIC estende a proibição a órgãos ou entidades da administração pública.

Situação na Agenda: CD/CDEIC – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Renato Molling (PP/RS), pela aprovação com emenda.

Situação atual: CD/CSSF – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Renato Saturnino Masson (PMDB/MT), pela aprovação do projeto original. CDEIC – aprovado com emenda.

PL 3.961/2004 (PLS 287/2003 do senador Eduardo Azeredo – PSDB/MG)

Possibilita a movimentação da conta do FGTS para o pagamento de parcelas de anuidade escolar do trabalhador ou de seus filhos dependentes, de até 24 anos de idade, limitado a 70% do valor de cada parcela e ao saque total de no máximo 30% do saldo da respectiva conta vinculada, quando devidamente matriculado em curso de educação superior legalmente reconhecido e oferecido por instituição de ensino devidamente credenciada.

Situação na Agenda: CD/CEC – Aguarda apreciação do parecer da relatora, deputada Maria do Rosário (PT/RS), pela aprovação deste, e dos apensos, com substitutivo.

Situação atual: Inalterada.

PL 167/2007 da deputada Professora Raquel Teixeira (PSDB/GO)

Inclui dispositivo na Lei de Licitações para proibir a aquisição de hardware vinculada à aquisição de software nas licitações para compra de bens de informática, salvo os casos de impossibilidade de desvinculação dos produtos, que deverão apresentar justificativa técnica aprovada pela autoridade superior.

Situação na Agenda: CD/CVT – Aguarda parecer do relator, deputado Dr. Nechar (PV/SP).

Situação atual: Inalterada.

PL 612/2007 do deputado Flávio Bezerra (PMDB/CE)

Obriga os estabelecimentos comerciais a utilizarem sacolas plásticas oxi-biodegradáveis (OBP's) quando do fornecimento de mercadorias a consumidores finais.

Situação na Agenda: CD/CDEIC – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Leandro Sampaio (PPS/RJ), pela aprovação deste e do apensado com substitutivo.

Situação atual: CD/CDEIC – Aguarda apreciação do parecer reformulado do relator, deputado Leandro Sampaio (PPS/RJ), pela aprovação deste e do apensado com substitutivo.

PL 1.161/2007 do deputado Arnon Bezerra (PTB/CE)

Proíbe, a partir de 1º de janeiro de 2010, a fabricação, a importação e a comercialização de lâmpadas incandescentes em todo o território nacional.

Situação na Agenda: CD/CME – Aguarda parecer do relator, deputado Arnaldo Vianna (PDT/RJ).

Situação atual: Inalterada.

PL 1.453/2007 do deputado José Fernando Aparecido de Oliveira (PV/MG)

Cria a “participação especial” a ser paga pelo produtor mineral quando houver grande volume de produção ou grande rentabilidade, cujo valor será de no mínimo 50% do total da compensação financeira devida pelo produtor. O percentual será aplicado sobre a receita bruta da produção, deduzidas as compensações financeiras, os investimentos na exploração, os custos operacionais, a depreciação e os tributos.

Situação na Agenda: CD – Apensado ao PL 1.117/2007, que se encontra na CME, aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Alexandre Santos (PMDB/RJ), pela aprovação com substitutivo.

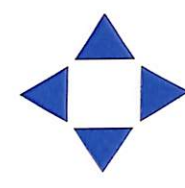
Situação atual: CD – Apensado ao PL 1.117/2007, que se encontra na CME aguardando parecer do relator, Dep. José Otávio Germano (PP/RS).

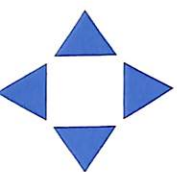
PL 1.918/2007 do deputado Marcelo Ortiz (PV/SP)

Disciplina o plantio de essências florestais exóticas, definidas como espécies botânicas arbóreas presentes em um país do qual não são originárias.

Situação na Agenda: CD/CMADS – Aguarda parecer do relator, deputado Gervásio Silva (PSDB/SC). CAPADR – rejeitado.

Situação atual: CD – Arquivado.





PL 1.962/2007 do deputado Antônio Bulhões (PMDB/SP)

Dispõe sobre a autorização para exploração do subsolo em floresta nacional, estadual ou municipal e sobre a consulta pública na criação de unidades de conservação (UCs).

Situação na Agenda: CD/CME – Aguarda parecer do relator, deputado Vander Loubet (PT/MS).

Situação atual: Inalterada.

PL 2.292/2007 do deputado Domingos Dutra (PT/MA)

Dispõe sobre a compensação financeira devida aos estados, municípios e populações diretamente atingidas, relativa ao resultado da exploração de atividades econômicas aeroespaciais e afins.

Situação na Agenda: CD/CREDN – Aguarda parecer do relator, deputado Dr. Rosinha (PT/PR).

Situação atual: Inalterada.

PEC 73/2007 do senador Augusto Botelho (PT/RR)

Inclui os alimentos e as bebidas não-alcoólicas no rol de produtos cuja propaganda comercial estará sujeita a restrições legais.

Situação na Agenda: SF/CCJ – Aguarda designação de relatoria.

Situação atual: Inalterada.

PLS 406/2005 do senador Paulo Paim (PT/RS)

Estabelece que os cardápios do programa de alimentação escolar serão elaborados por nutricionistas, com a participação do Conselho de Alimentação Escolar, sendo proibida a utilização de bebidas de baixo teor nutricional e de alimentos ricos em açúcar, gordura saturada, gordura trans ou sódio.

Situação na Agenda: SF/CAS – Aguarda parecer do relator, senador Cristovam Buarque (PDT/DF).

Situação atual: Inalterada.

PLS 181/2007 do senador Paulo Paim (PT/RS)

Altera as regras básicas sobre alimentos, para vedar a produção da gordura trans e não permitir o licenciamento nem a renovação dos alvarás dos estabelecimentos que venderem alimentos que a contenham.

Situação na Agenda: SF/CAE – Aguarda parecer da relatora, senadora Serys Slhessarenko (PT/MT).

Situação atual: Inalterada.

divergente
com ressalvas

REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

PL 6.264/2005 (PLS 213/2003 do senador Paulo Paim – PT/RS)

Institui o Estatuto da Igualdade Racial, como forma de combater a discriminação racial e as desigualdades que atingem os afro-brasileiros. Destacam-se, dentre outros tópicos, normas sobre sistema de cotas e direitos dos remanescentes das comunidades dos quilombos às terras que ocupam.

Situação na Agenda: CD – Aguardando constituição de CESP.

Situação atual: CD/CESP – Aguarda parecer do relator, Dep. Antônio Roberto (PV/MG).

PL 1.893/2007 do deputado Paulo Teixeira (PT/SP)

O Poder Executivo Federal poderá decretar suspensão e diluição temporárias ou extinção da proteção de direitos de propriedade intelectual, de pessoas naturais ou jurídicas domiciliadas em outro país, quando este, em detrimento de interesses comerciais do Brasil, não implementar decisões e recomendações do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da Organização Mundial do Comércio.

Situação na Agenda: CD/CAPADR – Aguarda parecer do relator deputado Abelardo Lupion (DEM/PR).

Situação atual: CD/CDEIC – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Miguel Corrêa (PT/MG), favorável. CAPADR – aprovado.

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

PEC 12/2006 do senador Renan Calheiros (PMDB/AL)

Cria o regime especial de pagamento de precatórios vencidos para estados, Distrito Federal e municípios. As entidades federativas devedoras depositarão anualmente, em conta especial, valor calculado percentualmente sobre as respectivas receitas correntes líquidas para a quitação dos precatórios. Dos recursos depositados, 50 % serão destinados ao pagamento de precatórios em leilão; 30 % para pagamento de precatórios não quitados em leilões, em ordem crescente de valor; e o percentual remanescente – 20% – para pagamento de precatórios em ordem cronológica de apresentação e de acordos em juízos conciliatórios firmados até a data de promulgação da emenda.

Situação na Agenda: SF – Encontra-se na CCJ aguardando apreciação do parecer do relator, senador Valdir Raupp (PMDB/RO), favorável com substitutivo.

Situação atual: SF/PLENÁRIO – Aguarda inclusão na Ordem do Dia. CCJ – aprovada com substitutivo.

PLC 117/2007 (PL 1.213/2007 do Poder Executivo)

Estabelece o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Situação na Agenda: SF/CCJ – Aguarda parecer da relatora, senadora Serys Slhessarenko (PT/MT).

Situação atual: Transformado na Lei nº 11.672 de 08 de maio de 2008. SF – Aprovada emenda redacional.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

PLP 208/2004 do deputado Eduardo Valverde (PT/RO)

Obriga a empresa que desenvolver reestruturação produtiva ou provocar transformações significativas nas condições de trabalho a ajustar com o sindicato profissional ou comissão de empregados medidas compensatórias e preventivas, visando sanar os possíveis efeitos negativos das medidas adotadas, como a redução ou eliminação de postos de trabalho.

Situação na Agenda: CD/CCTCI – Aguarda parecer do relator, deputado Paulo Henrique Lustosa (PMDB/CE).

Situação atual: Inalterada.

PL 133/2007 do deputado Flávio Dino (PC do B/MA)

Dispõe sobre o procedimento de desconsideração de pessoa, ato ou negócio jurídico pelas autoridades fiscais competentes.

Situação na Agenda: CD/CDEIC – Aguarda parecer do relator, deputado Milton Monti (PR/SP).

Situação atual: CD/CDEIC – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Osório Adriano (PFL/DF), contrário.

SISTEMA TRIBUTÁRIO

PL 4.684/2004 do deputado Almir Sá (PL/RR)

Os produtos industrializados e comercializados deverão informar em seus rótulos, em caráter obrigatório, a carga tributária direta incidente no seu preço final ao consumidor, fazendo menção a impostos incidentes na cadeia produtiva. Essas informações deverão ser impressas, também, em cartazes de divulgação e publicidade, de forma nítida e de fácil leitura.

Situação na Agenda: CD – Apensado ao PL 1.472/2007, que se encontra na CFT, aguardando apreciação do parecer do relator, deputado Guilherme Campos (DEM/SP), pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária deste projeto e rejeição dos apensados.

Situação atual: Inalterada.

TEMA / SUBTEMA	PÁG.	POSIÇÃO
PAUTA MÍNIMA		
Reforma Tributária		
PEC 233/2008 do Poder Executivo	19	C/R
Política Econômica		
PLS 646/1999 Complementar do senador Jorge Bornhausen (PFL/SC)	19	C/R
PL 836/2003 do deputado Bernardo Ariston (PSB/RJ)	19	C/R
PL 5.877/2005 do Poder Executivo	20	C/R
PL 305/2007 do deputado Armando Monteiro (PTB/PE)	17	C
Infra-Estrutura		
PLC 32/2007 (PL 7.709/2007 do Poder Executivo)	20	C/R
PLC 90/2007 (PL 6.673/2006 do Poder Executivo)	20	C/R
PL 3.337/2004 do Poder Executivo	20	C/R
Meio Ambiente		
PLP 388/2007 do Poder Executivo	21	C/R
PL 203/1991 (PLS 354/1989 do senador Francisco Rollemberg – PMN/SE)	21	C/R
PL 266/2007 dos deputados Rogério Lisboa (PFL/RJ) e Márcio Junqueira (PFL/RR)	17	C
Micro e Pequena Empresa		
PLP 126/2007 do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB /PR)	17	C
Relações do Trabalho		
PLP 8/2003 do deputado Maurício Rands (PT/PE)	22	D
PL 4.653/1994 do deputado Paulo Paim (PT/RS)	22	D
PL 4.330/2004 do deputado Sandro Mabel (PL/GO)	18	C
DEMAIS PROJETOS		
REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA		
Direitos de Propriedade e Contratos		
PL 3.769/2004 do deputado Celso Russomanno (PP/SP)	38	D
PL 4.961/2005 do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)	25	C
PL 6.199/2005 do deputado Nazareno Fonteles (PT/PI)	38	D
PL 6.264/2005 (PLS 213/2003 do senador Paulo Paim – PT/RS)	50	D/R
PL 1.893/2007 do deputado Paulo Teixeira (PT/SP)	50	D/R

TEMA / SUBTEMA	PÁG.	POSIÇÃO
Acordos Internacionais de Comércio e Investimentos		
PDC 387/2007 (MSC 82/2007) do Poder Executivo	31	C/R
Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Inovação		
PL 268/2007 do deputado Eduardo Sciarra (PFL/PR)	31	C/R
Comércio Exterior		
PL 717/2003 do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)	25	C
PL 6.976/2006 do deputado Carlos Eduardo Cadoca (PMDB/PE)	31	C/R
PLS 32/2006 Complementar dos senadores Renan Calheiros (PMDB/AL) e Fernando Bezerra (PTB/RN)	31	C/R
Microempresas e Empresas de Pequeno Porte		
PLP 126/2007 do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) *	17	C
Integração Nacional		
PLC 119/2006 (PLP 184/2004 do Poder Executivo)	32	C/R
Defesa da Concorrência		
PL 5.877/2005 do Poder Executivo *	20	C/R
Reforma do Estado		
PL 3.337/2004 do Poder Executivo *	20	C
QUESTÕES INSTITUCIONAIS		
PEC 12/2006 do senador Renan Calheiros (PMDB/AL)	50	D/R
PLC 117/2007 (PL 1.213/2007 do Poder Executivo)	51	D/R
PEC 511/2006 (PEC 72/2005 do senador Antônio Carlos Magalhães – PFL/BA)	32	C/R
PLP 75/2003 do deputado Eduardo Cunha (PPB/RJ)	38	D
PL 2.249/2007 do deputado Armando Monteiro (PTB/PE)	25	C
PLC 32/2007 (PL 7.709/2007 do Poder Executivo) *	20	C/R
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA		
Sistema de Negociação e Conciliação		
PLS 76/2005 do senador Jefferson Péres (PDT/AM)	25	C
PL 557/2007 do deputado Tarcísio Zimmermann (PT/RS)	38	D
PL 1.562/2007 do deputado Nelson Pellegrino (PT/BA) e co-autores	39	D
Organização Sindical e Contribuição		
PLS 200/2006 do senador Paulo Paim (PT/RS)	39	D
PL 2.424/2007 do deputado Augusto Carvalho (PPS/DF)	39	D

TEMA / SUBTEMA	PÁG.	POSIÇÃO
Relações Individuais de Trabalho		
PL 7.386/2006 (PLS 116/2003 do senador Sérgio Zambiasi – PTB/RS)	26	C
PL 7.663/2006 do deputado Daniel Almeida (PC do B/BA)	39	D
PLP 208/2004 do deputado Eduardo Valverde (PT/RO)	51	D/R
PLP 378/2006 do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)	26	C
Segurança e Saúde do Trabalho		
PL 1.981/2003 do deputado Vicentinho (PT/SP)	40	D
PLC 17/2004 (PL 7.122/2002 do deputado Dr. Rosinha – PT/PR)	40	D
PLP 8/2003 do deputado Maurício Rands (PT/PE) *	22	D
PL 4.653/1994 do deputado Paulo Paim (PT/RS)	22	D
Dispensa		
PL 1.780/2007 do deputado Daniel Almeida (PCdoB/BA)	40	D
Benefícios		
PL 6.911/2006 do deputado Luiz Alberto (PT/BA)	40	D
Justiça do Trabalho		
PLS 39/2007 do senador Álvaro Dias (PSDB/PR)	32	C/R
PL 498/2003 da deputada Dra. Clair (PT/PA)	40	D
PL 133/2007 do deputado Flávio Dino (PC do B/MA)	51	D/R
Duração do Trabalho		
PEC 231/1995 do deputado Inácio Arruda (PCdoB/CE)	41	D
Outras Modalidades de Contrato		
PLS 112/2006 do senador José Sarney (PMDB/AP)	32	C/R
Direito de Greve		
PLS 513/2007 do senador Paulo Paim (PT/RS)	41	D
Terceirização		
PL 4.302/1998 do Poder Executivo	33	C/R
PL 4.734/2004 do Poder Executivo	41	D
PL 6.541/2006 da Comissão Especial Mista de Regulamentação da Emenda 45	33	C/R
PL 4.330/2004 do deputado Sandro Mabel (PL/GO) *	18	C
Política Salarial		
Emenda do Senado Federal ao PL 1/2007 do Poder Executivo	41	D
CUSTO DE FINANCIAMENTO		
PL 836/2003 do deputado Bernardo Ariston (PSB/RJ) *	19	C/R

TEMA / SUBTEMA	PÁG.	POSIÇÃO
MEIO AMBIENTE		
PL 1.254/2003 do deputado César Medeiros (PT/MG)	42	D
PL 3.559/2004 do deputado Raul Jungmann (PPS/PE)	42	D
PL 3.729/2004 do deputado Luciano Zica (PT/SP) e outros	42	D
PL 3.955/2004 do deputado José Santana de Vasconcellos (PL/MG)	33	C/R
PL 6.424/2005 (PLS 110/2005 do senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA)	33	C/R
PL 19/2007 do deputado Sarney Filho (PV/MA)	42	D
PL 261/2007 do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)	34	C/R
PL 2.068/2007 do deputado Eduardo da Fonte (PP/PE)	26	C
PL 2.153/2007 do deputado Vander Loubet (PT/MS)	43	D
PLP 388/2007 do Poder Executivo *	21	C/R
PL 203/1991 (PLS 354/1989 do senador Francisco Rollemberg – PMN/SE) *	21	C/R
PL 266/2007 dos deputados Rogério Lisboa (PFL/RJ) e Márcio Junqueira (PFL/RR) *	17	C
INFRA-ESTRUTURA		
PLS 327/2006 do senador João Alberto Souza (PMDB/MA)	34	C/R
PL 7.397/2006 do deputado Júlio Semeghini (PSDB/SP)	26	C
PL 1.563/2007 do deputado Paulo Teixeira (PT/SP) e co-autores	34	C/R
PLC 90/2007 (PL 6.673/2006 do Poder Executivo) *	20	C/R
SISTEMA TRIBUTÁRIO		
Reforma Tributária		
PEC 233/2008 do Poder Executivo *	19	C/R
Carga Tributária, Criação de Tributos e Vinculação de Receitas		
PLS 24/2007 da Comissão Mista de Salário Mínimo	43	D
PLP 342/2006 do deputado Osvaldo Reis (PMDB/TO)	35	C/R
PL 2.098/2007 do deputado Rocha Loures (PMDB/PR)	27	C
PLC 27/2008 (PL 2.105/2007 do Poder Executivo)	43	D
PL 305/2007 do deputado Armando Monteiro (PTB/PE) *	17	C
Desoneração das Exportações		
PEC 83/2007 do senador Marcelo Crivella (PRB/RJ)	43	D
Desoneração de Investimento		
PLP 243/2001 do deputado Chico da Princesa (PTB/PR)	27	C
PL 1.096/2007 do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)	27	C

TEMA / SUBTEMA	PÁG.	POSIÇÃO
Obrigações, Multas e Administração Tributárias		
PLS 320/2007 o senador Pedro Simon (PMDB/RS)	44	D
PLS 492/2007 do senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	27	C
PLP 107/2007 do deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT)	27	C
PL 5.250/2005 (PLS 245/2004 do senador Fernando Bezerra – PTB/RN)	35	C/R
Defesa do Contribuinte		
PL 4.684/2004 do deputado Almir Sá (PL/RR)	51	D/R
PLS 646/1999 Complementar do senador Jorge Bornhausen (PFL/SC) *	19	C/R
INFRA-ESTRUTURA SOCIAL		
Previdência Social		
PLP 189/2001 da deputada Jandira Feghali (PC do B/RJ)	44	D
PL 100/2007 da Comissão Mista do Salário Mínimo	44	D
Responsabilidade Social		
PL 32/1999 do deputado Paulo Rocha (PT/PA)	44	D
Educação		
PL 7.200/2006 do Poder Executivo	35	C/R
INDICAÇÕES SETORIAIS		
PEC 516/2002 do deputado Jair Meneguelli (PT/SP)	28	C
PEC 171/2007 do deputado Rogério Lisboa (DEM/RJ)	28	C
PLP 183/2001 do deputado Paulo Gouvêa (PFL/SC)	28	C
PL 4.846/1994 do deputado Francisco Silva (PP/RJ)	45	D
PL 1.610/1996 (PLS 121/1995 do senador Romero Juca – PFL/RR)	28	C
PL 3.854/1997 do deputado Adão Preto (PT/RS)	45	D
PL 513/1999 do deputado Cunha Bueno (PPB/SP) e Outros	45	D
PLC 31/2008 (PL 2.576/2000 do deputado Fernando Gabeira – PV/RJ)	29	C
PL 3.057/2000 do deputado Bispo Wanderval (PL/SP)	35	C/R
PL 5.802/2001 (PLS 388/2001 do senador Tião Viana PT/AC)	46	D
PL 5.823/2001 do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)	46	D
PL 3.961/2004 (PLS 287/2003 do senador Eduardo Azeredo – PSDB/MG)	46	D
PL 7.375/2006 (PLS 16/2004 do senador Eduardo Azeredo PSDB/MG)	29	C
PL 167/2007 da deputada Professora Raquel Teixeira (PSDB/GO)	46	D
PL 612/2007 do deputado Flávio Bezerra (PMDB/CE)	47	D
PL 1.161/2007 do deputado Arnon Bezerra (PTB/CE)	47	D

TEMA / SUBTEMA	PÁG.	POSIÇÃO
INDICAÇÕES SETORIAIS		
PL 1.453/2007 do deputado José Fernando Aparecido de Oliveira (PV/MG)	47	D
PL 1.918/2007 do deputado Marcelo Ortiz (PV/SP)	47	D
PL 1.962/2007 do deputado Antônio Bulhões (PMDB/SP)	48	D
PL 2.292/2007 do deputado Domingos Dutra (PT/MA)	48	D
PDC 135/2007 do deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	29	C
PEC 23/2006 do senador Edison Lobão (PFL/MA)	36	C/R
PEC 73/2007 do senador Augusto Botelho (PT/RR)	48	D
PLC 83/2005 (PL 936/2003 do deputado Rogério Silva – PPS/MT)	36	C/R
PLC 120/2007 (PL 5.800/2005 do deputado Manoel Salviano - PSDB/CE)	29	C
PLS 406/2005 do senador Paulo Paim (PT/RS)	48	D
PLS 28/2006 do senador Ney Suassuna (PMDB/PB)	29	C
PLS 181/2007 do senador Paulo Paim (PT/RS)	48	D

Legenda:
 * = Projeto constante da Pauta Mínima.

Confederação Nacional da Indústria – CNI

Unidade de Assuntos Legislativos – COAL

Ricardo Mariano Marcondes Ferraz
 Gerente-Executivo

Godofredo Franco Diniz
 Gerente-Executivo Adjunto

Luiz de Gonzaga Fonseca Mota
 Gerente-Executivo Adjunto

Equipe Técnica
 Aline Said Bandeira
 Angela Borges
 Anna Henriqueta Peres
 Antônio Marrocos
 Beatriz Nunes
 Catharina Tavares Mafrá
 Fabiano Faria de C. Hecht
 Frederico Gonçalves César
 Jomara Cado Bessa
 Marcos Joaquim Pereira
 Maria Auxiliadora S. de Menezes
 Mariana Polidório Machado
 Marília Altoé Braga
 Pedro Aloysio Kloeckner
 Simone Vieira Santana
 Tassiana Cunha Carvalho
 Ubaldo Campello Neto
 Valéria Leite Memória

Produção Editorial
 Núcleo de Editoração - CNI

Superintendência de Serviços Compartilhados – SSC

Área Compartilhada de Informação e Documentação – ACIND

Gabriela Leitão
 Normalização

Renata Portella
 Revisão Gramatical